



SERVIÇO SOCIAL COMO UMA EXPRESSÃO DA PRÁXIS NA CRISE CONTEMPORÂNEA DO CAPITALISMO: fundamentos e tendências no Brasil e na Colômbia

Marina Maciel Abreu¹
Franci Gomes Cardoso²
Josefa Batista Lopes³
Silse Lemos⁴
Uva Falla Ramirez⁵

PROPOSTA DA MESA

Aborda fundamentos e tendências do Serviço Social como uma expressão da práxis, em face das alterações nas condições concretas de desenvolvimento e de sustentação teórico-metodológica e ético-política do projeto profissional orientado pela perspectiva da emancipação humana, no contexto da crise contemporânea do capitalismo e do seu enfrentamento sob o neoliberalismo na particularidade da América Latina, destacando Brasil e Colômbia.

Parte do pressuposto de que nesse contexto o processo de construção da práxis emancipatória é profundamente tensionado: a ofensiva neoliberal não só consubstancia e promove a superexploração da força de trabalho, o desemprego, a supressão/redução dos sistemas públicos de proteção social e o fortalecimento do “terceiro setor” no enfrentamento das desigualdades; como investe na desmobilização e enfraquecimento da resistência e organização autônoma da classe trabalhadora, agravadas com a derrocada das experiências do chamado socialismo real, no final da década de 1980, em que perde força a perspectiva da emancipação humana como horizonte histórico de uma sociedade alternativa à capitalista. O

¹ Professora aposentada do Departamento de Serviço Social da UFMA com vinculação ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, doutora em Serviço Social, pesquisadora bolsista do CNPq.

² Professora aposentada do Departamento de Serviço Social da UFMA com vinculação ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, professora do curso de Serviço Social da UNICEUMA, doutora em Serviço Social, pesquisadora bolsista do CNPq

³ Professora aposentada do Departamento de Serviço Social da UFMA com vinculação ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, professora do curso de Serviço Social da UNICEUMA, doutora em Serviço Social, pesquisadora bolsista do CNPq

⁴ Doutora em Serviço Social. Professora do Departamento de Serviço Social da UFMA.

⁵ Trabalhadora social. Magister en Planeación Socio económica. Docente investigadora. Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca. Programa de Trabajo Social. Bogotá- Colombia. Líder del equipo de investigación



Serviço Social como profissão insere-se na complexidade dessas relações a partir das mediações que determinam a sua particularidade no movimento real totalizante da práxis, constituindo-se como uma ex-pre Professora aposentada do Departamento de Serviço Social da UFMA com vinculação ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, professora do curso de Serviço Social da UNICEUMA, doutora em Serviço Social, pesquisadora bolsista do CNPq são desse movimento, enquanto uma totalidade em menor nível de complexidade.

A demarcação deste tema vincula-se aos estudos que compõem o convênio de colaboração universitária entre a Universidade Colégio Mayor de Cundinamarca (UNICOLMAYOR/Colômbia) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA – Brasil), que privilegia recortes temáticos no âmbito dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos da prática profissional cotidiana do Serviço Social na atualidade, no continente latino-americano e dos desafios profissionais em relação à sua vinculação à perspectiva da emancipação humana. Esse convênio envolve pesquisadores da UFMA através do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS) e pesquisadores da UNICOLMAYOR vinculados ao projeto de pesquisa “Estudo acerca dos Dilemas Éticos e da Postura Política que assumem os Assistentes Sociais na Prática Cotidiana.”

Os trabalhos específicos que compõem esta mesa coordenada expõem estudos e resultados de pesquisas sobre os seguintes eixos:

- Fundamentos e tendências do Serviço Social como uma expressão da práxis no Brasil – Franci Gomes Cardoso/UFMA/Brasil e Marina Maciel Abreu/UFMA/Brasil;
- A Perspectiva da Emancipação na América Latina e Desafios para o Serviço Social - Josefa Batista Lopes/UFMA/Brasil;
- Fundamentos Teóricos da Vida Cotidiana para a Prática do Serviço Social - Silse Lemos/UFMA/Brasil;
- Dilemas Éticos dos Assistentes Sociais na Prática Cotidiana na Colômbia - Uva Falla Ramirez/UNICOLMAYOR/Colômbia e Sandra del Pilar Gómez C./UNICOLMAYOR/Colômbia.



SERVIÇO SOCIAL COMO UMA EXPRESSÃO DA PRÁXIS NA CRISE CONTEMPORÂNEA DO CAPITALISMO: fundamentos e tendências no Brasil¹

Franci Gomes Cardoso²

Marina Maciel Abreu³

RESUMO: Aborda fundamentos do Serviço Social como uma expressão da práxis no contexto da crise contemporânea do capitalismo neoliberal na particularidade da sociedade brasileira. Busca sustentação na categoria da práxis a partir do pensamento de Marx e da tradição marxista para avançar na análise das alterações nas condições concretas de desenvolvimento e de sustentação teórico-metodológica e ético-política do projeto profissional orientado pela perspectiva da emancipação humana. Tais condições, neste contexto são alteradas e tendem para retrocessos.

Palavras-chave: Serviço Social, Práxis, Neoliberalismo, Crise Contemporânea, Emancipação Humana

ABSTRACT: The present work covers fundamentals of Social Work as an expression of praxis in the context of the contemporary crisis of neoliberal capitalism more specifically in the Brazilian society. It also searches support in the category of praxis from the thought of Marx and the marxist tradition to advance the analysis of changes in the concrete conditions of development and support theoretical-methodological and ethical-political of the professional project driven by the human emancipation perspective. Taking this context into consideration, such conditions are changed and tend to setbacks.

Key words: Social Work, Praxis, Neoliberalism, Contemporary Crisis, Human Emancipation.

¹ Este trabalho compõe a mesa temática coordenada “Serviço Social como uma expressão da práxis na crise contemporânea do capitalismo: fundamentos e tendências no Brasil e na Colômbia” aprovada para apresentação na VI Jornada Internacional de Políticas Públicas – VI JOINPP realizada no período de 20 a 23 de agosto de 2013. São Luís-MA.

² Doutora. Universidade Federal do Maranhão (UFMA) / Universidade Ceuma (UNICEUMA). E-mail: franci@elo.com.br

³ Doutora. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: maciel.m@uol.com.br



1- INTRODUÇÃO

Neste artigo explicitamos elementos de atualização do nosso debate, iniciado em 1979, sobre a categoria da práxis a partir do pensamento marxiano e tradição marxista com destaque para Gramsci, base conceitual da nossa produção intelectual sobre o Serviço Social, na trajetória como docentes e pesquisadoras no Departamento de Serviço Social/UFMA. Com esse fundamento temos desenvolvido toda a nossa produção intelectual sobre o Serviço Social, em que se sobressai o artigo “Metodologia do Serviço Social: a práxis como base conceitual” (1988), publicado nos Cadernos ABESS n.3/1989¹, como contribuição à pesquisa nacional sobre o “Ensino da metodologia nos cursos de Serviço Social no Brasil” (1987-1988)². Este artigo constitui uma referência inicial do debate coletivo sobre a categoria como um grupo de pesquisadoras, que compomos com a professora e pesquisadora Josefa Batista Lopes.

Esta discussão parte de dois pressupostos: a) o Serviço Social se insere na complexidade das relações sociais como profissão, inscrita na divisão sociotécnica e política do trabalho a partir das mediações que determinam a sua institucionalização e a particularizam no movimento real totalizante da práxis, constituindo-se como uma expressão desse movimento, enquanto uma totalidade em menor nível de complexidade; b) o processo de construção da práxis emancipatória é, hoje, profundamente tensionado pela ofensiva neoliberal que não só consubstancia e promove a superexploração da força de trabalho, o desemprego, a supressão/redução dos sistemas públicos de proteção social e o fortalecimento do “terceiro setor” no enfrentamento das desigualdades; como investe na desmobilização e enfraquecimento da resistência e organização autônoma da classe trabalhadora, agravadas com a derrocada das experiências do chamado socialismo real, no final da década de 1980, em que perde força a perspectiva da emancipação humana como horizonte histórico de um projeto societário alternativo ao capitalismo. A perspectiva da emancipação humana, passando pelas conquistas no campo dos direitos - emancipação política -, constitui a direção social e política

¹ Trata-se do artigo: MACIEL, Marina; CARDOSO, Franci Gomes. Metodologia do Serviço Social: a práxis como base conceitual. Cadernos ABESS, número 3. São Paulo: Cortez, 1989

² Essa pesquisa foi desenvolvida por uma equipe de pesquisadores assim constituída: Aldaiza Sposatti/PUCSP (coordenadora), Prof José Paulo Neto/UFRJ, Marilda Iamamoto/PUCSP, Nobuco Kameyama/PUCSP, Maria Rosângela Batistoni/PUCSP, Maria Raquel Tolosa Jorge PUCSP, Marina Maciel Abreu/UFMA, Franci Gomes Cardoso/UFMA, Maria Elvira Rocha Sá/UFPA, Vicente de Paula Faleiros/UnB, Denise Câmara/UFRN, Maria Lúcia Santos F.Silva/UFRN, Consuelo Quiroga/PUCMG, Maria Eulália Moreira/PUCMG, Odária Battini/UJEL-Londrina, Rosa Maria Ferreiro Pinto/UNISantos.



do projeto ético-político profissional do Serviço Social que se consolida e ganha hegemonia nos anos 1980, no país.

A categoria da práxis como fundamento da prática do Serviço Social constituiu um dos eixos principais de críticas e polêmicas colocadas no âmbito da pesquisa sobre o ensino da metodologia nos cursos de Serviço Social no Brasil (1987-1988); e, ainda presente em debates que ocorreram na revisão curricular, coordenada pela ABEPSS na década de 1990 que culminou com as diretrizes curriculares/1996.

No âmbito da citada pesquisa, as críticas sobre a nossa contribuição incidiram sobre o que foi apontado como falta de maior conexão entre a referência gramsciana sobre essa categoria e a análise que desenvolvemos sobre a questão metodológica em Serviço Social, em que reconhecemos a distinção entre a metodologia da produção do conhecimento e a da intervenção, interpretada de forma equivocada como visão dicotômica da relação teoria e prática¹; foi considerada, ainda, a insuficiente problematização quanto à relação entre o pensamento de Gramsci e o de Marx sobre a citada categoria. A crítica nos impulsionou ao aprofundamento dos nossos estudos da perspectiva marxiana e tradição marxista e a avançar na busca da contribuição para adensar a análise do Serviço Social, a partir da concepção de fundo, que é o Serviço Social como uma expressão práxis, base em que sustentamos a distinção entre o processo da investigação e o processo da intervenção fundada na unidade entre a teoria e a prática, seja sob o ponto de vista desta, seja sob o ponto de vista daquela.

Na revisão curricular na década de 1990, a polêmica deriva da tese hegemônica, quanto à “centralidade da categoria trabalho” para “apreender a ‘prática profissional’ como trabalho e o exercício profissional inscrito em um processo de trabalho”, (IAMAMOTO,1998,p.59). Desse modo, o trabalho passa constituir a categoria teórica e ontológica que define a natureza do Serviço Social. Esta tese questiona a concepção de Serviço Social como prática profissional, sob o argumento de que

ao se pensar a prática profissional², existe a tendência de conectá-la diretamente à prática da sociedade. Alguns qualificam a prática do Serviço Social de ‘práxis social’, ainda que esta se refira à prática social, isto é, ao conjunto da sociedade em seu movimento e contradições. (IAMAMOTO,1998,p.60).

¹ Para aprofundamento sobre este debate consultar Cadernos ABESS, n.3, São Paulo: Cortez, 1989.

² Há uma incoerência na obra mencionada quanto ao tratamento da prática profissional: ora aparece com aspas sugerindo uma negação dessa concepção do Serviço Social, ora aparece sem aspas reafirmando-a.



Entendemos que esta tese, em que pese a sua pertinência quanto à reafirmação da prática profissional, como uma especialização do trabalho, partícipe de um processo coletivo de trabalho, parece equivocar-se no questionamento à prática profissional a partir da referência da práxis, se considerarmos os fundamentos marxianos e da tradição marxista das categorias práxis e trabalho. A práxis, categoria marxiana mais geral, dá conta do movimento histórico totalizante da sociedade, como complexo de determinações ou de mediações, que engloba desde os processos macroestruturais às expressões mais imediatas da vida social. Pela práxis, como “atividade humana sensível” (MARX,1991,p.11) e fundamento da vida social, o homem é transformado em sujeito histórico, pois é na práxis que ele “deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento”(MARX,1991,p.12). A vida social processa-se por meio da atividade prática sensível dos homens, como sujeitos históricos, que a realizam sempre no âmbito e através de um conjunto de mediações que determinam a sua inserção particular na totalidade das relações sociais ao mesmo tempo em que exercem influência sobre as mesmas. O trabalho é a principal dessas mediações, pois expressa a forma que a práxis assume em sua origem, mas, não a esgota. (...) assim, a práxis partindo do trabalho, vai além dele, “afirmando potencialidades que se multiplicam num sujeito que se diferencia” (...) “e cria valores que o trabalho por si, não pode criar” (KONDER,1992,p.126).

Sendo assim, a prática profissional só pode ser considerada a partir das mediações que a constituem e a particularizam na totalidade do movimento histórico de uma determinada formação social, como uma expressão desse movimento; e não se esgota no trabalho profissional, embora seja esta a sua expressão primeira. A prática profissional como totalidade histórica envolve a dimensão interventiva, em que se insere o trabalho profissional, a formação, a produção de conhecimento e a organização política dos profissionais. O trabalho profissional constitui uma forma de objetivação da prática profissional do Serviço Social. Deste modo, reiteramos que

para analisar os processos de trabalhos do Assistente Social, enquanto expressão do trabalho coletivo, numa sociedade capitalista, a categoria trabalho é fundamental, tomando-a a partir da práxis, da qual, é a expressão primeira, mas não a única. (CARDOSO, 2000,p.12)

Assim, é impossível confundir-se práxis enquanto totalidade da prática social dos homens na construção da vida social, com uma especialização na divisão social e política do



trabalho, que é uma forma de manifestação do trabalho coletivo, ou seja, uma totalidade em menor nível de complexidade.

O conteúdo deste artigo avança nessa discussão, reafirmando a centralidade da categoria da práxis como fundamento da prática profissional do Serviço Social.

2 - A PRÁXIS EMANCIPATÓRIA E O SERVIÇO SOCIAL NA CRISE DO CAPITALISMO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

A práxis, como dito, representa no pensamento marxiano a categoria mais geral que dá conta da totalidade da prática social ou objetivações humanas na produção material e imaterial, na produção e reprodução da sociedade, produção e reprodução da vida social. É, portanto, uma totalidade histórica. Marx concebe como totalidade histórica a produção e reprodução do homem através do seu trabalho na relação com a natureza e com outros homens a partir da necessidade. Mas o trabalho, embora se constitua a categoria ontológica fundante do ser social, não esgota as suas objetivações. Pois, “quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado diretamente ao trabalho. No ser social desenvolvido, verificamos a existência de esfera de objetivações que se autonomizaram das exigências imediatas do trabalho – a ciência, a filosofia, a arte etc.”(NETTO; BRAZ, 2006. p.43)

Nessa mesma direção, chamamos atenção para aspectos que devem ser destacados na apreensão e análise das objetivações constitutivas da práxis. Para isso, recorreremos a Netto e Braz (2006) quando se referem ao ser social e a sua relação com o trabalho: 1- a distinção “entre formas de práxis voltadas para o controle e a exploração da natureza e formas voltadas para influir no comportamento e na ação dos homens. No primeiro caso, que é o trabalho, o homem é o sujeito e a natureza é o objeto; no segundo caso trata-se da relação sujeito a sujeito, daquelas formas de práxis em que o homem atua sobre si mesmo (como na práxis educativa e na práxis política)”. 2 – “os produtos e obras resultantes da práxis podem objetivar-se materialmente e/ou idealmente: no caso do trabalho, sua objetivação é necessariamente material; mas há objetivações (por exemplo, os valores éticos) que se realizam sem operar transformações numa estrutura material qualquer.” (NETTO;BRAZ,2006,p.43)

Na sociedade capitalista, a prática social reflete um modo peculiar de produção fundado na mercantilização universal e na produção de mais-valia, que representam a condição e o



produto das relações de dependência, alienação e antagonismo entre os homens enquanto pertencentes a classes sociais distintas - burguesia e proletariado.

Retomamos¹ a ponderação que desenvolvemos em 1989, de que na sociedade capitalista, a práxis é o processo coletivo das classes sociais em luta pela hegemonia no bloco histórico. A burguesia busca manter-se como classe hegemônica, dirigindo e controlando a prática social em função de seus interesses; o proletariado luta para erigir-se como classe hegemônica, na transformação das relações que o dominam. As classes sociais em suas relações de luta, no enfrentamento de seus interesses, constroem e desenvolvem projetos políticos específicos que expressam concepções de mundo distintas, que englobam e articulam as formas particulares de manifestações da práxis nos diferentes domínios da vida social.

O proletariado como a classe que tem a função revolucionária de transformação da sociedade capitalista, encontra na própria dinâmica desta sociedade as condições históricas dessa transformação. A estrutura-mundo da produção, conforme assinala Gramsci, “qual força exterior e que esmaga o homem, assimila-o a si, torna-o passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas” (GRAMSCI,1978:53). Essa nova forma ético-política significa a elaboração da estrutura em superestrutura na consciência dos homens e ao mesmo tempo representa as condições subjetivas e objetivas para a transformação da práxis. Gramsci, pensando a perspectiva de constituição da hegemonia do proletariado, explicita o papel da superestrutura, a sua relativa autonomia em relação à estrutura, ressaltando a importância e desenvolvimento político do conceito de hegemonia, “que representa para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos.” (GRAMSCI,1999,p.105). Esse processo de superação do senso comum só é possível nos marcos da filosofia da práxis.

A perspectiva emancipatória da classe trabalhadora, referência da emancipação de toda a humanidade, vincula-se à tarefa histórica revolucionária dessa classe em sua totalidade, de superação da ordem burguesa e da sua própria superação como classe na construção de uma nova ordem societária. Esse processo passa pela emancipação política, como conquista no

¹ Neste parágrafo e nos dois seguintes reproduzimos com alterações conteúdos da análise desenvolvida no artigo que publicamos sobre a metodologia do Serviço Social (MACIEL; CARDOSO,1989).



campo do direito público, por isso ainda limitada, como a última forma de emancipação na ordem do capital. Nessa condição, a classe trabalhadora em seu processo de organização e luta contraposta a ordem do capital pode constituir-se força social e política, e almejar a emancipação humana, como projeto de uma “livre sociabilidade que confira a cada indivíduo a consciência do seu pertencimento ao gênero humano.” (NETTO,2012,p.15). Esta transformação é produto da práxis revolucionária de superação das condições materiais e subjetivas da ordem do capital e instauração de uma nova ordem societária, na qual será consumada a emancipação humana.

O movimento da práxis revolucionária da classe trabalhadora na sociedade brasileira reflete a crise em que se encontra o movimento operário e sindical nos planos internacional e nacional, em decorrência da crise mundial do sistema capitalista sob o neoliberalismo, cujas medidas de enfrentamento pelo próprio sistema baseadas na financeirização do capital e na “flexibilização” das relações de produção e trabalho e dos direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores, antes de constituírem saídas à crise, promovem o seu aprofundamento com implicações mais perversas na periferia do sistema, como é o caso do Brasil, atingindo duramente a classe trabalhadora em sua totalidade.

Deste modo, a política econômica brasileira

sob a égide da financeirização do capital e a adesão ao sistema produtivista-consumista de mercado (...) fortalece a política do rentismo que está na base dos fundos de pensão e têm hoje forte incidência no movimento sindical vinculado ao governo.” (LOPES,2009,p.25)

Contexto em que ocorre o enfraquecimento da mobilização e da resistência ao projeto econômico neoliberal e à cultura neoliberal, esta que se afirma como “cultura do consumo” e “procura enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado.” (HARVEY,2011,p.13), ainda que como assinala Netto (2012,p.419) “à sociedade burguesa contemporânea não caiba legitimamente a identificação como uma ‘sociedade do consumo’”.

Assim, em uma conjuntura marcada pelo crescimento da desigualdade social, em que o país registra o maior nível de pobreza do mundo, é fortalecida, a política assistencial e se consolida o chamado “terceiro setor” no enfrentamento da desigualdade, atingindo um grande contingente de trabalhadores empregados e desempregados cuja reprodução física depende de um atendimento minimalista, individualizado, altamente desmobilizador e despolitizador da



questão social. Enquanto a luta social entra em regressão, como acentua Oliveira (2003) ao considerar que a organização dos trabalhadores

já não tem mais 'força' social, erodida pela reestruturação produtiva e pelo trabalho abstrato-virtual e 'força' política, posto que dificilmente tais mudanças na base técnico-material da produção deixariam de repercutir na formação da classe.(OLIVEIRA,2003,p.145)

Deste modo, para Oliveira (2003 p.146,) “a representação de classe perdeu sua base e o poder político a partir dela estiolou-se”.

Diante da força desmobilizadora do capitalismo neoliberal, mantém-se a luta e a resistência da classe trabalhadora manifesta de formas distintas nas diferentes regiões do mundo.

Essas manifestações, em grande parte, enfraquecidas em sua estrutura organizativa e no que diz respeito ao cunho classista e anticapitalista, confrontam a austeridade econômica dos governos, o lucro, o desemprego, a exploração, a retirada de direitos, as concepções xenofóbicas e racistas etc.; e, em suas singularidades, denunciam os limites estruturais desse sistema colidentes com os limites da própria existência humana e são indicativas da potencialidade histórica dessa classe na luta por mudanças estruturais e políticas profundas na perspectiva da emancipação humana (ABREU, 2013,p.4)

Tais processos em suas contradições incidem no projeto profissional do Serviço Social que busca vinculação à perspectiva emancipatória da classe trabalhadora, a partir de mediações que particularizam o Serviço Social como profissão nas relações sociais. Análises das condições atuais da prática profissional têm levado a interpretações, dentre outras, como as de que a conjuntura atual está favorecendo “a inviabilização do ‘projeto ético-político” (NETTO,2007), em virtude das condições concretas do mercado nacional do trabalho centrado na assistência e da formação profissional sob a agressiva política neoliberal da Educação Superior que opera para degradá-la e aviltá-la; ou que “está em xeque a sua hegemonia” (BRAZ,2007), com base em dois problemas: o primeiro refere-se à ausência de uma proposta alternativa a do capital na sociedade brasileira, capaz de unificar interesses distintos relativos ao trabalho e o segundo diz respeito às mudanças nas bases materiais do projeto profissional, com destaque para o mercado de trabalho e formação profissional. Outras análises (MOTA; AMARAL,2009 e RAMOS,2012) discordam de que o referido projeto ético-político esteja em crise e afirmam que este é tensionado pelas mudanças operadas pela atual crise mundial do capitalismo.



Reafirmamos que, nesses marcos, o projeto ético-político tende a retrocessos profissionais em relação à perspectiva da emancipação humana, considerando principalmente a centralidade da assistência como política de enfrentamento das desigualdades sociais, ao mesmo tempo em que é revigorada a ideologia do assistencialismo como prática inerente ao capitalismo e à sua necessidade histórica de reprodução das condições das mesmas desigualdades sociais.

Concordamos com LOPES (2009,p.25) quando analisa que “o assistencialismo metamorfoseado em política de assistência como direito”, amparado no processo iniciado na constituinte em 1980 e que avança com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e depois com o Sistema Único da Assistência Social(SUAS) se impõe para o Serviço Social

como uma das principais áreas de intervenção e mercado de trabalho, com repercussões em todas as dimensões da profissão, em particular na formação, sobretudo, através dos estágios; penetra a subjetividade dos profissionais e dos estudantes de Serviço Social em processo que incide na cultura profissional, orientada na prática pela despolitização da questão da pobreza e da desigualdade. (LOPES,2009,p.25)

3-CONCLUSÃO

Com base nesta discussão, reafirmamos: a) a concepção do Serviço Social no movimento histórico e totalizante da sociedade brasileira, como uma expressão da práxis e a pertinência desta categoria teórica e ontológica na definição da natureza do Serviço Social como prática profissional; b) a importância dessa perspectiva para analisar a própria profissão como objeto histórico que se move no contexto da crise do capitalismo neoliberal e sofre os efeitos perversos de seu avanço. Pois, como profissão que tem uma função social na história, precisa rever, permanentemente, a sua objetivação como expressão da práxis, construindo respostas às demandas da classe trabalhadora, a cujos interesses o seu projeto ético-político profissional busca vinculação, na perspectiva da luta pela emancipação humana.

Deste modo, a defesa do projeto ético-político orientado por esta perspectiva impõe à categoria profissional dos assistentes sociais o aprofundamento do debate e o fortalecimento da organização político-profissional, coordenada e articulada pelas entidades de organização de Serviço Social, como sujeitos das transformações históricas que ocorrem na profissão na direção do fortalecimento e do avanço das lutas sociais democráticas e na perspectiva da emancipação humana.



REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. A QUESTÃO DO CONTROLE SOCIAL NA PRODUÇÃO DESTRUTIVA DO CAPITAL: estratégias atuais e a necessidade da constituição de um sistema alternativo de controle pela classe trabalhadora. (capítulo de livro no prelo) São Luís, 2013.

ABREU Marina Maciel; LOPES Josefa Batista. FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DIRETRIZES CURRICULARES. **Revista Inscrita**, n.10, Brasília:CFESS, 2007.

BRAZ, Marcelo. A HEGEMONIA EM XEQUE: projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. **Revista Inscrita**, n.10, Brasília:CFESS, 2007.

CARDOSO, Franci Gomes. AS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL: principais polêmicas e desafios. **Revista Temporalis**, n.2, Brasília: ABEPSS, Valci, 2000

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da História**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

HARVEY, David. **O NEOLIBERALISMO: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.(2ª edição)

IAMAMOTO, Marilda V. **O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORÂNEIDADE: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

KONDER, Leandro. **O FUTURO DA FILOSOFIA DA PRÁXIS: o pensamento de Marx no século XXI**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LOPES, Josefa Batista. Os desafios, 30 anos depois. **Revista Inscrita**, n.12, Brasília:CFESS, 2009.

MACIEL, Marina; CARDOSO, Franci Gomes. Metodologia do Serviço Social: a práxis como base conceitual. **Cadernos ABESS**, número 3. São Paulo: Cortez, 1989.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In M, Karl e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (Feuerbach)**. São Paulo. Hucitec, 1991.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. Projeto Profissional e Projeto Societário. **Revista Inscrita**, n.12, Brasília:CFESS, 2009

NETTO, José Paulo (org). **O LEITOR DE MARX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012a

_____. Crise do Capital e Consequências Societárias. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.111. São Paulo: Cortez, 2012b



_____; BRAZ, Marcelo. **ECONOMIA POLÍTICA**: uma introdução crítica. (Capítulo 1. Trabalho, sociedade e valor) São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. Limites e Possibilidades Históricas do Projeto Ético-Político. **Revista Inscrita**, n.12, Brasília: CFESS, 2009.



PERSPECTIVA DA EMANCIPAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL ¹

Josefa Batista Lopes²

RESUMO

Faz indicações de fundamentos históricos de análise sobre desafios do Serviço Social em relação à perspectiva da emancipação na América Latina, considerando o período histórico aberto com a contra revolução burguesa sob o neoliberalismo. Parte da análise marxista sobre emancipação como categoria e perspectiva histórica da humanidade e desenvolve a hipótese de que: há retrocesso no movimento de construção da alternativa emancipatória no continente; a vinculação do Serviço Social a essa alternativa, participando das estratégias de enfrentamento da questão social, tende a retroceder e exige aprofundamento da consciência crítica profissional na sustentação da luta pela emancipação como projeto ético-político no movimento de rearticulação de forças dos sujeitos da luta emancipatória em curso.

Palavras-chave: Emancipação; América Latina; Luta de Classes; Contra Revolução Burguesa; Questão Social; Serviço Social.

ABSTRACT

Make indications of analysis historical basis on challenges of Social Work in relation to the perspective of emancipation in Latin America, emphasizing the historical period opened with the against bourgeois revolution under neoliberalism. Part of the Marxist analysis about emancipation as a category and historical perspective of humanity and develops the hypothesis that: there is no recoil emancipatory alternative building movement in the continent; Social Work linking this alternative coping strategies, participating in the social issue, tends to decline and requires further professional critical conscience and resistance in support of the struggle for emancipation as ethical-political project in the current re-articulation of the forces of the subjects of the emancipatory struggle.

Keywords: Emancipation; Latin America; Class Struggle; Against Bourgeois Revolution; Social Issues; Social Work.

¹ Trabalho exposto na mesa temática coordenada “Serviço Social como uma expressão da práxis na crise contemporânea do capitalismo: fundamentos e tendências no Brasil e na Colômbia” apresentada na VI Jornada Internacional de Políticas Públicas – VI JOINPP realizada no período de 20 a 23 de agosto de 2013

² Doutora. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: josefablopes@uol.com.br



I - INTRODUÇÃO

Este trabalho destina-se à mesa redonda “Serviço Social como uma expressão da práxis na crise contemporânea do capitalismo: fundamentos e tendências no Brasil e na Colômbia”. Apresenta parte dos estudos que envolvem pesquisadores da UFMA, através do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS), e pesquisadores da UNICOLMAYOR, no desenvolvimento do projeto de pesquisa “Estudo acerca dos Dilemas Éticos e da Postura Política que assumem os Assistentes Sociais na Prática Cotidiana”, no âmbito do convênio de colaboração universitária entre a Universidade Colégio Mayor de Cundinamarca (UNICOLMAYOR/Colômbia) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA/Brasil). Expressa uma continuidade dos estudos e análises feitas no texto “Ética e Desenvolvimento no Contexto da Crise do Capital: apontamentos para um estudo crítico” (LOPES, 2012). Neste sentido a *emancipação*, o cerne da ética, como perspectiva histórica da humanidade e ético-política dos homens, conforme pensada no trabalho anterior referido, é agora o eixo da análise; considerada em sua historicidade no continente latino-americano no período histórico aberto na década de 90 do século XX com a contra revolução burguesa. É quando avança e se consolida no continente o movimento mundial de administração da crise do capital¹ que golpeou o capitalismo na primeira metade da década de 70 daquele século; um movimento que operou uma profunda transformação econômica e ideológica. Na economia, com a reestruturação das relações de produção e de trabalho hegemônica pelo capital financeiro², o capital rentista; e, no campo ideológico, o neoliberalismo³ orientou a reforma dos

¹ Ver Mézáros (2002, p. 695). “Talvez o aspecto mais significativo da bem sucedida redefinição, por parte do capital, da linha de menor resistência de maior alcance (e, com isso, o deslocamento temporário de suas contradições) seja, se comparado a um passado não muito distante, o modo radicalmente novo de administrar crises. [...] sob as novas condições – *desde que* os seus pré-requisitos materiais e político/ideológicos possam ser objetivamente reproduzidos – não precisam assumir, de maneira alguma, a forma pela qual a contradição entre produção e troca ‘descarrega a si mesma em *grandes tempestades*’.”

² Para um avanço no estudo e debate sobre a hegemonia financeira na atual fase do capitalismo ver, entre outros, os textos da coletânea organizada por François Chesnais (2005) “A Finança mundializada. Raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências”, publicada no Brasil pela Boitempo. E também outra coletânea, “Uma nova fase do capitalismo?” (CHESNAIS, et al. 2003), obra na qual me apoio, particularmente, no debate sobre a atual fase do capitalismo, ou seja a tese de que as transformações ocorridas no desenvolvimento do capitalismo, a partir da década de 70 do século XX, constituíram uma nova fase do capitalismo.

³ Esse processo é datado pelos estudiosos, a partir de sua forte manifestação, através da vitória do governo conservador de Margaret Thatcher, na Inglaterra, em 1979, logo seguida pelas vitórias de Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1980 e Helmut Kohl na Alemanha, em 1982. Mas efetivamente iniciado, segundo Anderson



Estados nacionais que deveriam sustentar e responder as demandas da nova fase da economia, ao mesmo tempo em que forjava a cultura que lhe corresponde, com reorientação em todas as instâncias de sua formação, destacadamente a educação; garantiria, assim, a unidade entre economia e política¹. Um movimento cuja adesão na América Latina, segundo Boron (2004, p.9) ocorre em três momentos: o primeiro no final dos anos 70 e começo dos 80 do século XX, através de Bolívia, Chile e México; o segundo a partir do final dos anos 80 com Costa Rica, Equador, Jamaica, Trinidad e Tobago e Uruguai; a terceira onda levou Argentina, Brasil, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Guianas e Honduras, países que Boron considera “reformadores tardios”.

Trata-se, efetivamente, de uma contra revolução que, com apoio militante da Igreja Católica², golpeou todos os movimentos de tendência socialista e comunista no mundo. A partir da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, a maior referência histórica desses movimentos, independentemente de todas as críticas que se possa e se deva fazer; mas golpeou também o próprio liberalismo³. E, por conseguinte, metamorfoseou as condições objetivas e subjetivas das lutas sociais e de classes; impôs derrota e retrocesso ao movimento de construção da alternativa emancipatória (ABREU e LOPES, 2004) no continente, com profunda desvantagem para seus sujeitos históricos, na correlação de forças das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação: pela emancipação entendendo que, segundo Marx (2012, p. 71)

Só quando o homem individual real retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual – na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais -, se tornou *ser genérico*; só quando o homem reconheceu e organizou as suas ‘forces propres’ como *forças sociais*, e, portanto, não

(1995, p.11) "logo depois da II Guerra Mundial na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar ." Na América Latina, o Chile, sob a ditadura de Pinochet, segundo Anderson (1995, p. 19) “tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea [...] é de se notar que a experiência chilena dos anos 70 interessou muitíssimo a certos conselheiros britânicos importantes para Thatcher, na Inglaterra.”

¹ Gramsci (2000, p.26) dá uma importante contribuição ao amplo debate que o pensamento marxista dedica à questão da unidade economia e política, da estrutura e a superestrutura. Ver, em especial o Caderno 13.

² Karol Wojtyła, o papa João Paulo II, primeiro papa polonês envolveu-se diretamente no movimento anticomunista e nos acordos que resultaram nas reformas que culminaram a plena derrocada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS, com a Perestroika e a Glasnost, de Mikhail Gorbachev, pondo fim à Guerra Fria e criando as condições de avanço do capitalismo nos países do Leste Europeu.

³ Desenvolvi esse tema no artigo de minha autoria “Pós-modernidade: superação da modernidade ou reação conservadora?” (LOPES, 1993).



separa mais de si a força social na figura da força política – [é] só então [que] está consumada a emancipação humana

2 – O ESGOTAMENTO DE UM CICLO DE LUTAS EMANCIPATÓRIAS: o Serviço Social e as atuais condições de rearticulação de forças dos sujeitos da luta emancipatória

A atual fase do capitalismo marca, de fato, o esgotamento do ciclo de lutas emancipatórias na América Latina aberto no final da década de 50 do século XX tendo como marco histórico a vitória da Revolução Cubana em 1959. Ela marcou todo o continente com maior ou menor intensidade nos diferentes países; penetrou profundamente os movimentos dos trabalhadores nas cidades e no campo, a cultura de massas, os intelectuais, as universidades, a Igreja Católica, difundindo a ideologia emancipatória e a perspectiva de uma sociedade alternativa ao capitalismo. As classes dominantes do continente, aliadas à burguesia dos países imperialistas (FLORESTAN, 1973, p.11) atuaram para impedir o avanço desses movimentos com todos os meios de controle, dos quais o mais efetivo foram as ditaduras militares¹ que eram instauradas com a bandeira da *modernização*, certamente a modernização conservadora. Segmentos expressivos de assistentes sociais, sujeitos profissionais do Serviço Social, à época de constituição recente como profissão com formação acadêmica², não demoraram a se envolver no movimento emancipatório, mobilizados em todo o continente pelo Movimento de Reconceituação³; pela natureza da profissão, vinculada à assistência e ao assistencialismo em nada emancipador⁴, esses profissionais envolveram-se e envolveram a profissão, em consequência, nas “malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo de sociedade” em marcha (LOPES, 1998). Ou seja, no exercício profissional eles se vinculam, organicamente, como trabalhadores assalariados, a instâncias de controle das lutas

¹ Países: República Dominicana (1889-1899, 1930-1961); Colômbia (1953-1957); Brasil (1964-1985); Argentina (1976-1983); Bolívia (1971-1985); Chile (1973-1989); El Salvador (1931-1979); Equador (1972-1979); Guatemala (1970 - 1985); Haiti (1957-1990); Honduras (1963-1974); México (1853-1855, 1876-1910); Nicarágua (1967-1979); Panamá (1968-1989); Paraguai (1954-1989); Peru (1968-1980); Venezuela (1908-1935, 1952-1958); Uruguai (1973-1984); Suriname (1980-1988).

² A primeira Escola de Serviço Social foi fundada no Chile, em 1925, seguida pelo Brasil, em 1936 e Peru, em 1937 (MANRIQUE, 1984, p.27) .

³ 1965 é considerada a data de deflagração organizada do movimento durante o I Seminário de Serviço Social face às mudanças sociais na América Latina, que reuniu em Porto Alegre, Brasil assistentes sociais da Argentina, do Brasil da Bolívia, do Paraguai e do Uruguai, especialmente vinculadas à academia (CORNELLY, 2004, p 53)

⁴ O assistencialismo é, aliás, o núcleo central da crítica levantada no movimento de reconceituação em torno da prática profissional na perspectiva de sua superação.



emancipatórias e, também aí se vinculam a essas lutas; tomaram consciência do caráter contraditório da profissão e de sua condição de sujeito de luta, como trabalhadores.

Na atual fase, as condições objetivas e subjetivas das lutas sociais foram profundamente metamorfoseadas. Foram, portanto, metamorfoseadas também as condições objetivas e subjetivas da organização dessas lutas com ampla desvantagem para os sujeitos das lutas emancipatórias. Em particular para os trabalhadores que perderam grande parte de suas conquistas históricas, tragadas pela contra revolução burguesa no novo “*regime de acumulação ‘flexível’*” (HARVEY, 1992, p.119)¹ que, filiado à complexa dinâmica do “capital portador de juros” (CHESNAIS, 2005, p.35), flexibilizou a organização da produção e do trabalho, mediante a reestruturação da organização orientada pelo sistema fordista e fordista-keynesiano.

Segundo Harvey (1992, p.125) o sistema fordista, que tem em 1914 a data simbólica de seu início, formou

“a base de um longo período de expansão do segundo pós-guerra que se manteve mais ou menos intacto até 1973. [...] O fordismo se aliou ao keynesianismo e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para sua rede inúmeras nações descolonizadas. [...] O equilíbrio de poder, tenso, mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação-Estado, e que formou a base de poder da expansão do pós-guerra não foi alcançado por acaso – resultou de anos de luta”.

Ao promover a reestruturação da organização da produção e do trabalho, o movimento de flexibilização forjou também a reação conservadora no modo de pensar e de agir, a cultura e a ideologia da chamada pós-modernidade; metamorfoseou as relações de exploração, dominação e humilhação com a crescente terceirização da produção, a precarização do trabalho e a fragmentação da classe trabalhadora (ANTUNES, 1999 p.216) basilares no arrefecimento do movimento operário e na fragmentação das lutas sociais. As instituições clássicas, tradicionais do movimento operário, os sindicatos e partidos políticos, que avançavam na direção da organização dos trabalhadores como classe, desde o século XIX, foram

¹ Harvey (1992, p.119), cauteloso diante do “perigo de confundir as mudanças transitórias e efêmeras com as transformações de natureza mais fundamental da vida político-econômica”, entende que: “os contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade e as do período de expansão do pós-guerra são suficientemente significativos para tornar a hipótese de uma passagem do fordismo para o que poderia ser chamado regime de acumulação *‘flexível’* uma reveladora maneira de caracterizar a história recente”.



profundamente confrontadas: os sindicatos em grande parte esvaziados; e partidos políticos de esquerda foram metamorfoseadas e afastaram-se da perspectiva emancipatória tornando-se partidos da ordem, como o Partido dos Trabalhadores – PT no Brasil, a partir da eleição de Luís Inácio Lula da Silva para o governo da República do Brasil, em 2002 e posse em 2003.

3 – O SERVIÇO SOCIAL NA TEIA DAS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E DAS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL: entre o reino das necessidades e o reino da liberdade

Reafirmo aqui a concepção de que a questão social (LOPES, 2008) se funda nas necessidades¹ humanas não satisfeitas em razão das profundas desigualdades sociais inerentes às sociedades de classes que ao longo da história dessas sociedades travam uma luta incessante, a luta de classes na qual a questão social é sintetizada. Em consequência, outra premissa se impõe: não há solução para a questão social no contexto do capitalismo; o que há são mecanismos e formas de seu enfrentamento, através de políticas que colocam o Estado no centro da luta de classes, respondendo, fundamentalmente, aos interesses das classes dominantes, ainda que, contraditoriamente, procurando responder demandas das classes subalternas, conforme demonstrado em uma vasta literatura sobre o Estado e suas contradições². Coloca-se aí um dos mais importantes desafios para o Serviço Social, como expressão da práxis³. Segundo Marx (1974, p. 942)

De fato o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida; e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio com a natureza, controlam-no coletivamente, sem

¹ Dada a centralidade da categoria das necessidades para esta análise e que a categoria não será tratada neste texto é importante ressaltar que trabalho aqui com a análise que faz Agnes Heller (1978) sobre a Teoria das necessidades em Marx.

² Nesta direção de análise situa-se o pensamento de Gramsci (2000)

³ É o tema central da mesa coordenada. Poderá ser visto no texto elaborado por Marina Maciel Abreu e Franci Gomes Cardoso.



deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho.

Nos países de capitalismo dependente, como nos países da América Latina e da África as condições de extrema pobreza ou de pobreza, tendencialmente com altos índices de desemprego as necessidades primárias de subsistência se impõem; e as respostas são prioritariamente através de políticas assistenciais que representam formas compensatórias que sequer abrem espaço às necessidades radicais que nascem do trabalho. Estas necessidades, segundo Agnes Heller (1978:106) “são parte constitutiva orgânica do ‘corpo social’ do capitalismo, mas de satisfação impossível dentro desta sociedade e que, precisamente por isto, motivam a práxis que *transcende* a sociedade determinada”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esgotamento do ciclo de lutas emancipatórias aberto na América Latina no final da década de 50 do século XX não significa o fim da perspectiva emancipatória no continente e no mundo na atual fase do capitalismo. Com a fragmentação da classe trabalhadora e todas as consequências acima referidas, a perspectiva de solução da questão social apresenta uma complexidade maior do que parecia no final do século XIX e até metade do século XX, quando ocorreram algumas revoluções vitoriosas ao redor do mundo. Tem-se um quadro em que, a frase de Rosa Luxemburgo “Socialismo ou barbárie”, segundo Mészáros (2003), “adquiriu uma urgência dramática. Não existem rotas conciliatórias de fuga [...] somente uma alternativa radical ao modo estabelecido de controle da reprodução do metabolismo social pode oferecer uma saída da crise estrutural do capital”.

Em cada país no continente, na síntese de suas construções históricas, o Serviço Social tem especificidades em suas experiências nas malhas contraditórias particulares de cada Estado nação; mas sob as mesmas determinações históricas do desenvolvimento capitalista dependente participando das estratégias de enfrentamento da questão social, em países que nem experimentaram o Estado de Bem Estar, como na Europa e nos Estados Unidos. O fim do ciclo marcado por derrotas (PETRAS, 1995, 19)



Nas atuais condições, desfavoráveis à perspectiva da emancipação, sua sustentação é tarefa da resistência de seus sujeitos históricos para os quais se trata de uma necessidade histórica: os trabalhadores do campo e da cidade, os explorados, dominados e humilhados em todos os espaços e condições de vida. Importantes movimentos de resistência e rearticulação de forças dos sujeitos da luta emancipatória estão em curso no continente, agora com mais clareza na luta contra o capitalismo e não com foco no liberalismo em si, como ocorreu no início da adesão do continente às reformas. Neste sentido cabe apoiar e acompanhar com atenção os desdobramentos da reestruturação da experiência socialista de Cuba, avançando para uma economia mista; e as experiências de governos que no continente se reivindicam de esquerda como: Bolívia, Equador e Venezuela. Particularmente vale acompanhar a articulação desses países, reunidos com Cuba e Niguarágua na Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio dos Povos, a antiga Alternativa Bolivariana para as Américas, ALBA.

É uma perspectiva de esperança. Em 1973, Salvador Allende, em seu último discurso ao povo chileno, após o qual foi atacado pelo golpe militar sob as ordens de Augusto Pinochet no palácio presidencial lançou esta mensagem:

"Mucho más temprano que tarde, de nuevo se abrirán las grandes alamedas por donde pase el hombre libre para construir una sociedad mejor" (ALLENDE, 1973)

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho. São Paulo, Boitempo, 1999
- ANDERSON, Perry. **O balanço do neoliberalismo**. Em SADER, Emir e GENTILI, Pablo (Org.). Pós - neoliberalismo. As políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- ALLENDE, Salvador. Último Discurso, 1973 <http://vozes-militantes.blogspot.com.br/2010/02/o-ultimo-discurso-de-salvador-allende.html> acesso em 27/05/2013.
- BORON, Atílio. Las “reformas del Estado” em América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática”. Em: **Revista Temporalis**, Ano 4, nº 7, Porto Alegre, 2004.
- ABREU, Marina Maciel e LOPES, Josefa. A SOLIDARIEDADE E O PROJETO HISTÓRICO DE EMANCIAPAÇÃO HUMANA: Questões e perspectivas no Brasil. Anais II Conferência La Obra de Carlos Marx y los desafíos del Siglo XXI. Havana, 2004.



- CHESNAIS, François (org.) **A Finança mundializada. Raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências.** São Paulo, Boitempo, 2005.
- CHESNAIS, et al. **Uma nova fase do capitalismo?.** São Paulo, Cemarx/Xamã, 2003.
- CORNELY, Seno Antonio. **História da Organização Político-acadêmica do Serviço Social na América Latina. Revista Temporalis, Ano 4, nº 7, Porto Alegre, 2004.**
- HELLER, Agnes. **La teoria de las necesidades en Marx.** 1978
- HARVEY, David. **A Condição Pós-moderna.** São Paulo, Edições Loyola, 1992.
- FLORESTAN, Fernandes. **Padrões de Dominação Externa na América Latina.** Em: _____. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. V. 3, Caderno 13. Breves Notas sobre a Política de Maquiavel.** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.
- LOPES, Josefa Batista. **“O Serviço Social na América Latina: Nas malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo de sociedade”**, Tese de doutorado apresentada e defendida no Programa de Pós-Graduação da PUC/SP, 2008.
- _____. **“Ética e Desenvolvimento no Contexto da Crise do Capital: apontamentos para um estudo crítico”.** **Revista de Políticas Públicas, Número Especial, São Luís, EDUFMA, 2012**
- _____. **A LUTA DE CLASSES COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO E MOTOR DA SOLUÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL** 19ª Conferência Mundial de Assistentes Sociais, promovido pela FITS/CFESS, 2008.
- MARX, K. **O Capital (Crítica da Economia Política).** Volume 6/3. O processo global de produção capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.
- _____. **Emancipação política e emancipação humana.** Em Netto, José Paulo (org). **O leitor de MARX.** Rio de Janeiro, 2012.
- MÉSZÁROS, István. **A Taxa de Utilização decrescente e o Estado Capitalista: Administração da crise e auto-reprodução destrutiva do capital.** Em: _____. **PARA ALÉM do CAPITAL.** São Paulo, Boitempo, 2002.
- MANRIQUE, Manuel Castro. **História do Serviço Social na América Latina.** Lima/São Paulo, CELATS/CORTZ, 1984.
- PETRAS, James. **Ensaio contra a ordem.** São Paulo, Scritta, 1995



COTIDIANO E CONSTRUÇÃO DA ÉTICA: IMPERATIVOS PARA O SERVIÇO SOCIAL ¹

Silse Teixeira de Freitas Lemos²

RESUMO O estudo se desenvolve a partir do cotidiano como espaço para além das rotinas de vida, situado como possibilidade de suspender a mecanização que o caracteriza por meio da ciência, das artes e da moral. Assim, pode constituir-se em meio de construção da ética capaz de pela crítica apreender a totalidade e o reconhecimento dos homens como sujeitos éticos. É tema de destacada importância para o Serviço Social.

Palavras-chave: Cotidiano. Ética. Serviço Social.

ABSTRACT The study develops from the quotidian as a space beyond the routines of life, situated as a possibility to suspend the mechanization that characterizes it through science, arts and ethics. Thus, it may be in the midst of building the critical ethical able to grasp the whole and recognition of men as ethical subjects. It is the subject of outstanding importance for the Social Work.

Keywords: Quotidian. Ethics. Social Work.

1 INTRODUÇÃO

O desafio aqui imposto está em interpretar o cotidiano como espaço de possibilidade de construção ética. Porém, como estabelecer essa relação? Não se trata de obter resposta acabada, mas constituir exercício teórico que permita aproximar a reflexão ao Serviço Social.

Para uma profissão eminentemente interventiva a análise crítica do cotidiano consiste em processo de instrumentalização da ação profissional, cujo suporte sustenta

¹ Este trabalho compõe a mesa temática coordenada “Serviço Social como uma expressão da práxis na crise contemporânea do capitalismo: fundamentos e tendências no Brasil e Colômbia” apresentada na VI Jornada Internacional de Políticas Públicas – VI JOINPP realizada no período de 20 a 23 de agosto de 2013, em São Luís-MA

² Doutora. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Email: silselemos@gmail.com



a possibilidade dos homens se reconhecerem como sujeitos éticos, capazes de, para além da imediatez, definirem valores representativos para a sua condição de classe trabalhadora. Recorreu-se a autores como Heller, Lefebvre, Kosik, Carvalho e Barroco, dentre outros, para fundamentar-se esse breve estudo teórico. As ponderações apresentadas tencionam provocar discussão sobre o tema que merece ser ampliado, enriquecido e ganhar espaço mais expressivo no âmbito do Serviço Social.

2 COTIDIANO E ÉTICA: CONTRADIÇÕES E APROXIMAÇÕES

É indispensável recorrer ao exercício de correlacionar ética, moral e aí situar a ideia de valor. Netto (2007) cita Heller para conceituar valor como tudo o que contribui para enriquecer e explicitar o ser genérico do homem, entendido por um conjunto de atributos constituintes da essência humana. Isso se faz necessário porque no trânsito das digressões aqui feitas são recorrentes as alusões a tais categorias teóricas, pois que se configuram como elementos implicados na esfera do cotidiano de maneira implícita, subjacente.

Menciona Netto (2007, p.23) “que Heller considera que esses atributos são: a objetivação (expressa prioritariamente, em termos ontológicos, pelo trabalho), a socialidade, a consciência, a universalidade e a liberdade”. Nos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais se estabelece em primeiro lugar o “reconhecimento da liberdade como valor ético central [...]” ponto de partida para o exercício de reflexão que aqui se quer desenvolver. Não se trata, agora, de discutir o conteúdo da liberdade como valor, mas de situá-lo como referência da construção da ética a partir do cotidiano. Desse modo, liberdade é inspiração ética, um objetivo a ser alcançado, cuja direção pode ser apontada na vida cotidiana.

É preciso compreender o desejo de liberdade como uma elaboração da consciência que necessita alçar-se para além da cotidianidade e rever modos de



opressão convencionados e absorvidos. O cotidiano tanto pode ensejar a mudança como ratificar formas de opressão. Como exemplo de hermetismo imobilizador pode-se recorrer a um relato feito por Ponce (1996) ao referir-se sobre o domínio prescrito por monges taoístas, na China, ao afirmarem que ao homem do povo não se devia facultar o saber (consciência) porque esse desperta desejos, bastava-lhe, pois, “músculos sólidos, vontade escassa, estômago satisfeito e coração vazio”. Semelhante afirmação assinala, de forma inequívoca, a existência de seres desprovidos de aspirações, de desejos, sobreviventes numa condição de ação mecânica, da animalidade cuja força é requisitada a serviço do dominante, num estágio vegetativo próprio do nível de consciência intransitiva, típica da sociedade fechada apontada por Freire (1977), expressão trazida do pensamento de Karl Popper (1974). Nesse estágio, a percepção da realidade é obliterada no cotidiano por determinações da ideologia de dominação, num processo onde não há superação da moral estereotipada na dominação e exploração. Destaque-se que a moral situa-se por determinação histórica, em situações singulares, enquanto que a ética se põe no âmbito dos fundamentos da moral orientada para a reflexão filosófica (NETTO, 2007).

Kosik (1976, p.69) afirma que “na cotidianidade a atividade e o modo de viver se transformam em instintivo, subconsciente e inconsciente, irrefletido mecanismo de ação e de vida”. A vida de cada dia amortece a reflexão e a perspectiva problematizadora da realidade quando se mergulha na azáfama rotineira. Se por um lado a experiência humana produz elementos germinais de transformação, por outro lado, pode se fossilizar na alienação. Diz Kosik (1976, p.70) que “[...] o homem se acostuma até com a força [...]”, ou seja, nega, involuntariamente, sentimentos de conteúdo ético como a própria liberdade. O cotidiano se expressa no dia a dia, nas atividades asseguradoras da produção e reprodução da vida social.

Define Heller (2008, p.31):

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se ‘em funcionamento’, todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas as habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias e ideologias.



É o cotidiano o espaço da expressão das potencialidades humanas, embora as suas manifestações sejam condicionadas pelos fatores econômicos, culturais, políticos e ideológicos atuantes na concretude do dia a dia. A vida cotidiana reserva conteúdos não expandidos pelos homens, os quais permanecem em estado de latência, pois a cotidianidade exige o dispêndio da atividade humana para a efetivação das relações sociais marcadas pelos ritos de repetição. Assim, segundo Heller (2008), o trabalho, a ciência, a arte e a moral são formas de suspensão do cotidiano pelas quais o singular passa a humano genérico. A suspensão da vida cotidiana é a possibilidade de enriquecimento essencial, plena na interação do singular com a universalidade.

Carvalho (2007, p.28) escreve que “ esta suspensão é temporária, mas a apreensão de plenitude obtida permite ganhos de consciência e possibilidade de transformação do cotidiano singular e coletivo”. Sucede aos ganhos de consciência a perspectiva de objetivação asseguradora da mudança, ação só possível pelo ser humano genérico que se expressa na universalidade/totalidade.

A vida cotidiana é o espaço da sobrevivência, marcada pela reiteração, por rotinas mecanizadas organizadoras do dia a dia, pautadas no imediato, no fazer como meio de assegurar-se um determinado ordenamento e funcionalidade imprescindíveis à concretude do viver. Contudo, a faina marcante da vida cotidiana não representa a sua expressão mais significativa. Essa reside no descrito por Carvalho (2007, p.26) como:

A vida cotidiana é o conjunto das atividades que caracteriza a reprodução dos homens singulares, que por seu turno, criam a possibilidade da reprodução social. (...) na vida cotidiana, o indivíduo se reproduz diretamente enquanto indivíduo e reproduz indiretamente a totalidade social.(...) Toda a reprodução que ultrapassa o imediato da vida cotidiana deixa de ser cotidiana.

A singularidade do homem expressa na vida cotidiana não o coloca apenas como singular, é concomitantemente singular e genérico. Contempla na sua integralidade o ser individual, perceptível na luta para a sobrevivência e também o ser genérico detentor da potência que o alça ao patamar de gênero humano. Entrementes,



para acontecer esse feito, é preciso transpor o silêncio que o imobiliza. Nas alusões de Carvalho (2007,p.27) o desabrochar das potencialidades pode não ocorrer, pois se o homem não ultrapassar a imobilidade “ (...) não realiza essa experiência. Não chega à consciência”.

Heller (2008, p. 34) escreve que:

A vida cotidiana não está 'fora' da história, mas no centro do acontecer histórico: é a verdadeira essência da substância social. [...] As grandes ações não cotidianas que são contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam. Toda grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças ao seu posterior efeito na cotidianidade. O que assimila a cotidianidade da sua época assimila também, com isso, o passado da humanidade, embora tal assimilação possa não ser consciente, mas apenas 'em-si'.

O homem detém o conteúdo constitutivo da sua história até quando não se dá conta disso, mas se propiciada a oportunidade de posicionar-se como ser genérico identificado com a sociedade e a cultura a qual pertence, por meio da associação de interesses e necessidades, move-se em direção às mudanças e situa-se numa condição de pertencimento. Exemplo objetivo, emblemático, encontra-se no movimento ludista (HOBSBAWM,1982) cuja gênese estava na exploração da força de trabalho, na miséria da classe trabalhadora. Como ação política a destruição das máquinas ia além do propósito atribuído de combate à industrialização automatizada. Tinha o significado mais amplo e profundo de reconhecimento de classe para si, ciente de direitos sonegados pela burguesia que, nessa altura da história já se configurara como controladora da economia, com a sujeição do Estado aos ditames da doutrina liberal. A Revolução Industrial adquiriu significação universal ao mostrar, nos atos estratégicos do sindicalismo, a consciência dos trabalhadores conquistada na suspensão do cotidiano. Aí se estabeleceu, por certo, um sentido ético de concepção de direitos fundada na noção de justiça social que se expressava na luta pelo reconhecimento do valor do trabalho.

Heller (2008, p.34-35) prossegue:

O indivíduo é sempre, *simultaneamente*, *ser particular* e *ser genérico*. Considerado em sentido naturalista, isso não o distingue de nenhum outro ser vivo. Mas, no caso do homem, a particularidade expressa não apenas o seu ser 'isolado', mas também o seu



ser 'individual'. Basta uma folha de árvore para lermos nela as propriedades essenciais de todas as folhas pertencentes ao mesmo gênero; mas um homem não pode jamais representar ou expressar a essência da humanidade.

Assim posto, a unicidade e a irrepetibilidade figuram como elementos ontológicos fundamentais. O único e o irrepetível adquirem complexidade cada vez maior, frente à assimilação da realidade social. A particularidade do Eu em suas necessidades físicas, em seus sentimentos e paixões o orientam para a particularidade, para o indivíduo. Mas o genérico está contemplado em todo homem nas ações cuja motivação seja individual, mas a necessidade seja social. Ainda mais (HELLER, 2008, p.26): “[...] os sentimentos e as paixões [...] podem ser úteis para expressar e comunicar a substância humana”, pois que são humano-genéricos.

Aplicar-se elementos da lógica concreta, a teoria da ideia liberadora do idealismo metafísico, como aponta Lefebvre (1991), é aproximar-se da possibilidade de compreensão do inteiro o qual se deseja captar. A definição de ideia pode ser apreendida “como unidade de todas as grandes noções opostas, que o entendimento separou: conceito e real, sujeito e objeto, essência e existência, teoria e prática, ideal e real” (LEFEBVRE, 1991, p.233). Atentar-se para uma unidade racional e captá-la implica em reconhecer na ideia o conceito (todos) e o real (a totalidade do real) no encontro de ambos, dá a entender o autor. Isso afirma o exercício indispensável de se traçar um percurso sócio-histórico no qual o homem concreto se expressa na sua humanidade como ser genérico e realiza ações permeadas por conteúdos morais, construídos de conformidade com interesses subjetivos além da sua própria necessidade, ditados pelas relações sociais e políticas constituídas no percurso.

A trajetória da humanidade permite identificar, no emprego de formas de regulação e controle sobre os homens, as imposições ideológicas transfiguradas em conteúdos morais. Barroco (2001, p.54-55) explicita :

A reflexão ética é construída, historicamente, no âmbito da filosofia, tendo por objeto a moral. [...] ela é de caráter ontológico-social-materialista; busca, a partir da razão dialética, apreender, na totalidade sócio-histórica, as categorias ético-morais, suas particularidades e legalidades.



Embora a reflexão ética não se vincule à imediaticidade e esteja além do cotidiano ela se organiza como crítica na sistemática da vida cotidiana visto ser esse espaço o âmbito da manifestação da moral. A capacidade ético-moral, cujas expressões vão além da singularidade, constituem-se no ambiente social onde o ser humano se constrói, isto é, perfila-se com o processo de humanização. Todavia, com freqüência, a ética perde o seu sentido verdadeiro e ocorre a inversão para a qual Barroco (2001,p.56) adverte:

Quando a ética não exerce essa função crítica pode contribuir, de modo peculiar, para a reprodução de componentes alienantes; pode colocar-se como espaço de prescrições morais; favorecer a ideologia dominante; obscurecer os nexos e as contradições da realidade; fortalecer o dogmatismo e a dominação; remeter os valores para uma origem transcendente à história; fundamentar projetos conservadores; operar de modo a não superar a imediaticidade dos fatos; ultrapassá-los mas não apreender a totalidade, contribuindo para que os homens não se reconheçam como sujeitos éticos.

A ética é desvirtuada do seu sentido original quando deixa de expressar valores verdadeiros para os dominados para assumir um caráter falseado pela ideologia dominante. A reflexão consiste, na situação que se expõe como ilustrativa, em estimar devidamente as imposições, no caso, do modelo de sociedade capitalista hegemônico posto como inexorável e das armadilhas que buscam a validação da exploração do trabalho e a dominação dos trabalhadores como inescapáveis. Barroco (2001, p.35) diz que “na sociedade capitalista, os valores éticos, estéticos, tendem a se expressar como valores de posse, de consumo, reproduzindo sentimentos, comportamentos e representações individualistas, negadoras da alteridade e da sociabilidade livre”. Contudo, tal condição não significa imutabilidade.

Assim, mesmo que na esfera do cotidiano as relações do indivíduo com a sociedade ocorram de modo acrítico e o seu processo de reprodução se caracterize pela imediaticidade entre pensamento e ação (BARROCO, 2001), há que se considerar a possibilidade de emergência e ascensão da consciência política a qual incita a reflexão do dominado acerca da sua sujeição histórica e social que se expressa na dimensão do ser genérico. Desenha-se, aí, um espaço onde o Serviço Social pode constituir objeto de investigação, de estudo, considerada a importância que o cotidiano



traz para a ampliação do conhecimento das relações sociais e para a intervenção profissional .

3 CONCLUSÃO

Desde o homem primitivo o ser genérico se manifestava como “produto e expressão de suas relações sociais”, não um indivíduo sozinho, mas o partícipe da integração social. A socialidade se constituiu nas interações realizadas em razão da reciprocidade necessária à preservação da vida. O cotidiano é o espaço de construção da humanização, na medida em que desenvolveu aptidões as quais o colocaram à frente das demais espécies animais, pelo trabalho e pela utilização planejada dos recursos da natureza. Engels (2004) escreveu que “[...] podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”. Junto com o trabalho desenvolveu-se a organização social tornada cada vez mais complexa em relação paralela à geração de novas necessidades criadas pela humanidade e as consequentes soluções inventadas. No âmbito do grupo social formou-se a “ ‘consciência de nós além de configurar-se também sua própria ‘consciência do Eu’ (HELLER, 2008.p.37)”.

Ao tratar de ética e vida social Barroco (2001, p.41) coloca o trabalho como “parte significativa da vida cotidiana por expressar em termos de desenvolvimento genérico a universalidade do ser social”, por outro lado, na cotidianidade apresenta “sua singularidade alienada”. Entretanto, busca em Heller a afirmação de que “a vida cotidiana é não é alienada em sua estrutura, apenas em determinadas circunstâncias sociais (HELLER apud BARROCO, 2001)”. Essas considerações apontam a intervenção do Serviço Social, conforme Carvalho (2007, p.52), dirigida “à conquista e apropriação de serviços e poder pela população excluída e dominada”. É preciso, portanto, que o olhar atento do pesquisador comprometido em aperfeiçoar as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão desenvolva a produção científica sobre o Cotidiano e a sua interlocução com a Ética.



4 REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva Barroco. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de. **O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social**. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brandt de e NETTO, José Paulo. Cotidiano: conhecimento e Crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>. Acesso em 06.05.2013.

FREIRE, Paulo. **A educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: 1977.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HOBSBAWN, Eric J. **Os trabalhadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal / lógica dialética**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

NETTO, José Paulo. **Ética e crise dos projetos de transformação social**. In BONETTI, Dilséia A et al. (orgs.) :Serviço Social e ética; convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2007.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. São Paulo: Cortez, 1996.

POPPER, Karl .**A sociedade aberta e seus inimigos** (2 volumes). São Paulo, EDUSP, 1974.



CONTEXTO DE SIGNIFICATIVIDAD DE LOS MOTIVOS Y SU VINCULACIÓN CON EL PROYECTO ÉTICO POLÍTICO DE LOS TRABAJADORES SOCIALES EN COLOMBIA¹

Uva Falla Ramírez²
Sandra del Pilar Gómez C³

RESUMEN : La ponencia corresponde a una síntesis de los hallazgos de la investigación acerca de los dilemas éticos que se les presentan a los trabajadores sociales en su práctica cotidiana y su vinculación con el proyecto ético político. El análisis fenomenológico no se centra en la acción, sino en lo que lo motivó; de allí reside el interés en esta categoría. Schütz expresa que “la dificultad para definir la acción como conducta motivada; no reside en la acción sino en el equívoco implícito del término motivo” (2008, p. 26). Para ello Schütz distingue los motivos *para* de los motivos *porque*.

PALABRAS CLAVE: Fenomenología, motivos *para*, motivos *porque*, dilemas éticos, Trabajador Social.

SUMMARY: The paper is a synthesis of findings from research on the ethical dilemmas presented by social workers in their daily practice and its relationship to the ethical-political project. The phenomenological analysis is not focused on action, but on what motivated him; There is interest in this category. Express Schutz that "difficult to define the action as motivated behaviour; lies not in action but in the implicit ambiguity of the term reason"(2008, p. 26). So Schütz differentiates the motives for the reasons because.

KEYWORDS: Phenomenology, reasons for; reasons because; ethical dilemmas, social Assistant

RESUMO: Este trabalho corresponde a uma síntese dos resultados da pesquisa sobre os dilemas éticos que se apresentam aos assistentes sociais em sua prática cotidiana e a vinculação desse profissional ao projeto ético político. A análise fenomenológica não se centra na ação, mas na motivação do sujeito; daí reside o interesse nessa categoria. Schütz expressa que “a dificuldade para definir a ação como conduta motivada, não reside na ação, mas no equívoco implícito do termo motivo” (2008, p. 26). Para o autor, deve-se distinguir os motivos *para* de os motivos *porque*.

Palavras Chaves: Fenomenologia, motivos *para*; motivos *por quê*; dilemas éticos, assistente social.

¹ Laponencia es producto de la reflexión y avances del equipo acerca de la investigación relacionada con los dilemas éticos de los trabajadores sociales durante su práctica cotidiana; realizada en el contexto del convenio con la Universidad Federal de Maranhão- UFMA-. 2012.

² Trabajadora social. Magister en Planeación Socio económica. Docente investigadora. Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca. Programa de Trabajo Social. Bogotá- Colombia. Líder del equipo de investigación.

³ Trabajadora social. Magister en Planeación Socio económica. Docente investigadora. Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca. Programa de Trabajo Social



1. INTRODUCCIÓN

La fenomenología de ALFRED SCHÜTZ, es un método de carácter no científico que busca la comprensión de los significados inherentes a la vida, involucra supuestos que llevan a describir, comprender e interpretar los fenómenos sociales como “objeto de estudio”; el método fenomenológico no busca encontrar explicaciones causales a los hechos sociales, al contrario le interesa comprender la estructura y significación del mundo del sentido común; para ello, parte de la descripción de la realidad social tal y como es interpretada por los hombres, busca hallar el significado subjetivo dado por éstos a la realidad de la vida cotidiana. M.NATANSON; expresa “la comprensión de la realidad eminente de la vida del sentido común es la clave que permite entender la obra de ALFRED SUCHTZ” (2008, p.15); comprender en el contexto de la actitud natural del mundo de la vida; es decir en el propio contexto en que viven los seres humanos su cotidianidad.

El mundo social es un mundo de significados para el hombre, por ello la fenomenología busca captar la complejidad de la actitud natural del hombre en su cotidianidad. En ella hay unas circunstancias para todos igual y ello hace que se hable de una realidad objetivada y en esta objetivación está el lenguaje expresado en un aquí y en un ahora. Ahora bien, para contextualizar al lector, es necesario diferenciar la acción del acto; SCHÜTZ define la “acción como la conducta humana proyectada por el actor de manera autoconsciente, por otro lado el termino acto designa la acción ya realizada” (2008, p.22); es decir que la acción es un acto proyectado que se origina en la conciencia del actor. En síntesis, se puede plantear que la acción en sí misma es una conducta motivada. En tanto el acto se refiere a la acción ya concluida en el tiempo como acto concretado.

Para comprender la acción, es necesario entender que la conducta del actor está impregnada de motivos; lo cual implica que las acciones están llenas de significados. La comprensión motivacional, significa captar el sentido que el actor da a sus propios actos, lo cual es el objeto de esta ponencia, es de destacar que al hablar de comprensión subjetiva, no se refiere a la introspección, ni a una aprehensión de las complejidades de la personalidad del



individuo, sino a la comprensión de los motivos del Otro. Toda comprensión subjetiva es comprensión motivacional, como forma experiencial del conocimiento de sentido común, en la vida diaria los hombres interpretan su mundo, como dotado de sentido. Las acciones del Otro poseen significado tanto para él como para mí. Es así como llegamos a la categoría de los motivos entendidos como el sentido que el actor da a la acción; en la investigación se refiere al significado de la decisión que toma la o el trabajador social ante cualquier situación dilemática.

El análisis fenomenológico realizado a cada entrevista; se plasmó articulando lo teórico con lo expresado por los entrevistados evitando fragmentar los resultados del estudio; con el fin de ser consecuente con el método mencionado, que busca la comprensión a partir de la descripción de la realidad indaga. Así mismo, es necesario expresar que las entrevistas se realizaron a trabajadoras sociales colombianas que se les presentan situaciones de carácter dilemático; es decir que tienen que tomar decisiones en el contexto de su práctica cotidiana. En este sentido, los criterios que se tuvieron en cuenta para la selección de la muestra fueron: Trabajadores Sociales en ejercicio, experiencia mínima de cinco años, desempeño en un contexto institucional público o privado y el ejercicio de su cargo les exija tomar decisiones que por su naturaleza pudieran ser de carácter dilemático.

Por ello, en las entrevistas se les pido narrar situaciones cotidianas de su ejercicio en el que tuvieron que asumir decisiones. Una vez establecido el dilema, se inició el análisis fenomenológico, el cual permitió realizar el ejercicio comprensivo sobre los motivos que se expresan en la conciencia de la o el trabajador social. Ello es importante comprenderlo, antes de establecer cuál fue la decisión que se tomó; este aspecto se hace pertinente aclarar, porque el sentido de este análisis, no está en establecer si se obró bien o mal; sino en comprender el significado que ella(o)s dan a sus acciones; esto es, interpretar, si en las consideraciones expresadas en las entrevistas, se hacen presentes los motivos *para* y los motivos *porque* de carácter ético o en su defecto de qué carácter son los motivos, que tienen en cuenta al resolver el dilema.

2. SIGNIFICADO DE LA ACCIÓN DEL TRABAJADOR SOCIAL POR LOS MOTIVOS

SCHÜTZ, para entender la categoría motivos, distingue dos conceptos; ellos son motivos *para* y motivos *porque*. Los primeros tienen que ver con los fines a lograr, las metas a



conseguir, los objetivos a alcanzar, están explicados o fundamentados en tiempo futuro; en tanto los motivos porque; se refieren o están relacionados con los antecedentes, con las experiencias previas, el acervo de conocimiento alcanzado, todo aquello que está en el repositorio de conocimiento, en la mente del actor; y que ha sido vivido en tiempo pasado.

Suele afirmarse que las acciones, según el significado de nuestra definición, son conductas motivadas. Sin embargo, el término <motivo> es equívoco y abarca dos conjuntos diferentes de conceptos, que es necesario distinguir. Podemos decir que el motivo por el cual el asesino cometió el crimen fue obtener el dinero de la víctima. Aquí <motivo> significa el estado de cosas, el objetivo que se pretende alcanzar con la acción. Denominaremos a este tipo de motivo <motivo para>. Desde el punto de vista del actor, esta clase de motivo se relaciona con su futuro. En la terminología que hemos sugerido, podemos decir que el acto proyectado, es decir, el estado de cosas previamente imaginado y que debe ser producido por la acción futura, constituye el motivo <para> de esta última. Pero ¿qué es lo motivado por tal motivo <para>? No el proyectar mismo, sin duda. Puedo proyectar imaginariamente un asesinato sin tener ninguna intención de ampliar tal proyecto. Por consiguiente lo motivado del modo <para> es el fiat voluntario, la decisión ¡<adelante>! que transforma el fantaseo interno en una efectuación o una acción inserta en el mundo externo.

(SCHÜTZ, 2008, p.88).

En un plano fenomenológico, los motivos y su distinción fueron reelaborados por SCHÜTZ para el estudio de la elección entre diversos proyecto de acción. “Aquí el motivo se refiere al objetivo de la acción, el estado de cosas propio” (SCHÜTZ, 1995, p. 35), entre ellos está el motivo *para*, lo que se ha de hacer, el objetivo y está relacionado con el futuro, de manera que lo proyectado en la imaginación, que se hará posible gracias a la acción. Continuando con la explicación de los motivos, como contexto de significado se habla del motivo *para*, que se construye sobre el contexto de experiencia disponible en el momento de la proyección del acto. La secuencia medio-fin es, en realidad, un contexto de experiencias pasadas, que implican la realización exitosa de ciertos fines mediante el uso de ciertos medios. Todo motivo *para* supone un acumulado de experiencia, que le da al trabajador social seguridad y le permite asumir con certeza la decisión, es decir, es la voz interior que: dice “puedo-hacerlo-de-nuevo”, SCHÜTZ, explica esto así: “lo motivado del modo para es el <<fiat voluntario>>, la decisión <adelante> que transforma el fantaseo interno en una efectuación o en una acción inserta en el mundo de la vida” (2008, p.88). Es decir el acto proyectado en realidad. De esta manera, el trabajador social, tendrá en cuenta, el objetivo más inmediato de su acción, lo que hará de producirse, buscando en su criterio lo mejor o lo menos peor; para de esta forma resolver el dilema.

2.1. Motivos *para* presentes en los dilemas:



Para este caso, la situación que se le presenta a la trabajadora social se inscribe en el contexto de la ejecución del “Programa Unidos” de la Presidencia de la República, el cual está dirigido a familias que no poseen ninguna fuente de ingresos; que no estén vinculados simultáneamente en otro programa de gobierno y que tengan la disponibilidad para participar en todo el proceso. En el contexto de las funciones de la trabajadora social, es ella quien debe hacer la recepción de las familias que le son remitidas y que como garantía de dicha remisión las familias cumplen con todos los requisitos para pertenecer al mismo. La situación que genera el dilema, escuando recibe la familia y constata que no cumple con los requisitos estipulados; en ese sentido, el dilema lo constituye: aceptar la familia o rechazarla.

Los motivos *para* constituyen el contexto de significatividad que le da el actor social en este caso la trabajadora social a la decisión tomada, esto es para SCHÜTZ, “los motivos para se constituyen en un acto fantaseado en tiempo futuro perfecto, como ya ejecutado (1993,116), (Fin a lograr, tiempo futuro):“*que puede pasar,, digamos qué la motiva, que motiva la situación y qué puede pasar con lo que estoy decidiendo y si digamos con eso se va a ver afectada, esa familia cómo reducir ese nivel de afectación*”(Informante2); de esa manera la Trabajadora Social; construye en su mente los discursos que le permite argumentar de mejor manera su decisión; pero siempre en términos de pensar en futuro; es decir reflexionar sobre lo que podría suceder con la familia al resolver el dilema; “*por ejemplo en el caso de quienes habían empezado la atención y no podían seguir era un requisito que teníamos que ubicar situaciones procesos alternos si no habían entrado no, digamos que simplemente era mejorar mucho más los filtros*”(Informante 2); por esto la trabajadora va buscando aún más argumentos traídos desde su cotidianidad que le permitiera reforzar más su decisión: “*umm pienso también en si el programa requiere o no ajustes, o sea que todo eso se pueda reunir y después como revisar, si es que tenemos que incluir componentes para superar la pobreza y no solo generación de ingresos como un debate más allá de nuestra razón de ser o que recomendaciones se le pueden hacer a los otros programas que manejan otros componentes, ...*”(Informante 2). Como ya se ha mencionado, los motivos *para*, son y están relacionados con los fines a lograr, objetivos a alcanzar, expresan una racionalidad en las palabras de la trabajadora social que determina lo que se quiere alcanzar; por ello se establece en un tiempo futuro, pero expresada en un tiempo pasado; es decir expresada como si ya se hubiese ejecutado la acción; es decir dirimido el dilema. También se identificó que la preocupación de la



trabajadora social, en este momento se relaciona con la afectación de la decisión a la institucionalidad: *“y eh también pensé en lo importante de poder argumentar las razones de la decisión para que a futuro mi confianza en el trabajo de esos asesores locales no se resquebraje porque si ellos siguen haciendo prevalecer su posición personal y no la posición técnica del programa pues vamos a tener dificultades”* (Informante 2).

En la búsqueda de más argumentos para su decisión la trabajadora social idealiza en futuro motivos para argumentar (<fiat>) su decisión y en sus consecuencias: *“es una familia pobre y que por ser pobre tenía que atenderse y nosotros nos mantuvimos en el criterio de que umm nosotros no resolvemos solos el problema de la pobreza, resolvemos el problema de generación de ingresos y esa familia en particular ya estaba generando ingresos, para superar la pobreza necesitaba otros tipos de atención que no los ofrece ese programa”* (Informante 2.). Al tomar la decisión que permite dirimir el dilema; el análisis que hace la trabajadora social frente a la institucionalidad es fuerte: *“Y genera las dificultades propias porque hay que argumentar porque no debe continuar y porque el programa controvierte lo que otro programa de la misma entidad está diciendo: están presentando a fulano de tal como familia pobre y yo estoy diciendo pero si se presenta aquí con casa propia, con no sé qué y con no sé cuántas, no es pobre y este programa es para población en condición de vulnerabilidad, no lo atendemos, pobre, el dilema se enfrenta porque obviamente es evidenciar que en alguna parte las retenciones o clasificaciones no se cumple con los procedimientos”* (Informante 2).

Aunque eso sea así; es claro que también la Trabajadora Social; considera entre los motivos para, argumentos que tienen una relación con ser coherentes con la situación del “Otro”: *“ entonces yo tengo que aplicar el criterio y tengo que decir la persona no puede continuar, la persona debe entrar a un programa donde le formalicen su negocio, pero la persona no es para el programa porque guardada las proporciones es como a alguien que está listo para hacer la secundaria, ponerlo a hacer un prekinder”* (informante 2).

2.2. Motivos porque presentes en los dilemas

La relación nosotros; es otra categoría interesante de entender en el análisis fenomenológico. Los motivos *porque* se vinculan al pasado y son explicados por sus antecedentes; son aspectos de las distintas facetas de la vida del actor, que justamente por las experiencias vividas han configurado un tipo de acción, es decir experiencias a las que el actor le ha dado un tipo de significación, de las que se vale para asumir la decisión. *“recuerdos del*



pasado yo creo que tenía menos de 4 años y asalte una alcancía de una hermana de mi hermana mayor y lo tengo muy grabado porque eso me marco por ejemplo para el futuro y era un tarro de aceite de olivas un tarro metálico y mi hermana guardaba las monedas grandototas de 50, yo creo que saque y con esas 4 me bajé y compre lápices tajalápices y borradores, pero seguramente compre muchos porque el dueño de la miscelánea de la tienda al otro día o a los otros días le dijo a mi mamá que porque la niña estaba comprando, y se pone mi mamá a buscar y encontró eso y ella fue muy fuerte, eh no solamente en el regaño sino en el castigo para reponer esas cosas” (Informante 2).

El motivo *porque*, se constituye en un acto reflexivo de atención que le permite a la persona conectar un hecho del pasado con uno mucho más remoto lo que lo lleva a ser considerado como una forma típica de la acción del actor, por ejemplo: *“Porque puede estar mal clasificada? seguramente por diferentes razones desde error, desde trabajos no bien hechos, hasta ehh diría uno ehh favoritismo políticos en las regiones, porque estamos hablando de sitios apartados de Bogotá”.*(Informante 2). En ese mismo sentido la trabajadora social, trae a su memoria experiencias previas que le han dado sentido a su decisión o le hacen meditar antes de tomar la decisión por ejemplo: *“fue un fallo de un juez que nos obligó a darle un nuevo proceso de atención a una persona,...”*(Informante 2).

Los motivos *porque*, se entienden en el contexto objetivo de la acción, que lleva a que la acción se realice; y ello se encuentra en las experiencias del pasado, que fueron motivantes de la acción y que la trabajadora social recuerda en el relato: *“pues yo creo que una cosa va llevando a la otra ehhh la formación familiar ehh yo creo que incide mucho en que haya escogido estudiar trabajo social pensando como en esa profesión eh que se pone como al servicio de un colectivo en mi experiencia personal y profesional pues siempre ha estado la parte social del otro eh pensando siempre como en la promoción y en la experiencia personal ya no tanto profesional de de esta última parte también hay opciones de vida precisamente por ese otro, creo que la formación umm espiritual también influye ahí, yo tengo una opción de fe clara, eh católica activa, entendiendo que la fe no es solo lo que pienso y lo que reconozco si no lo que hago”* (Informante 2).

El actor refleja, como construye en su mente los argumentos que le dan sentido y seguridad a la decisión tomada y que por ello fundamenta la acción; esto es: *“mi papá siempre decía umm como el valor de la justicia de no quitarle nada a nadie yo tengo lo que tengo por mi trabajo*



siempre lo vi como un hombre muy trabajador incluso umm para hablar de la exigencia él podía estar enfermo incapacitado pero sin embargo se iba a trabajar eso se aprende viéndolo.... si muchas veces eh yo he llegado como a eso y entonces también vuelvo a pensar eso pues viene mucho de la casa.(Informante2). Casi siempre, los argumentos están referidos a recuerdos de la vida familiar que fundamentan y dan convicción a las decisiones tomadas.

3. EN SÍNTESIS

Se diría que los motivos *para* son el aspecto motivante de la acción, que se proyecta como una solución fantaseada de resolución del dilema, pero no explica; cosa que si compromete los motivos *porque*, y aquí el factor motivante, como lo señala Schütz, “es una vivencia temporalmente anterior al proyecto” (1993, p.121) lo cual no le quita que se convierta en un motivo *para* el proyecto que se está construyendo en la mente del trabajador social, y en la cual se encuentran presentes consideraciones de tipo institucional, familiar y personal en tanto en los motivos *porque* se encuentran consideraciones de la construcción biográfica y en ella consideraciones éticas y místicas.

A partir de lo anterior, se pueden precisar algunos aspectos sobre los cuales giran los motivos *para*:

- Se constituyen en un acto fantaseado, que es expresado en tiempo futuro como si ya hubiese sido ejecutado.
- Se expresan como un fin a lograr, en relación con el tipo de afectación que se va a causar a la persona(s) sujeto de la intervención social, a la institución e inclusive al mismo trabajador social.
- Son el estado de cosas que el trabajador social imagina que va a hacer concretado en el acto futuro y en el que recuerda que ya ha realizado acciones semejantes que le dan la seguridad de poder llegar a la acción del acto proyectado.
- Los motivos *para*, no tienen que ver en su construcción con un ejercicio proveniente de los contextos sugeridos desde los códigos de ética.

Los motivos *porque*, están en la esfera de lo personal, de las vivencias construidas socialmente y del mundo de significados que él, a lo largo de su vida ha construido y le dan sentido alas decisiones que toma. En este aspecto también es importante analizar que los



entrevistados recurrentemente mencionan la Fe y el sentido de lo ético y la moral como aspectos que caracterizan la actuación profesional de un trabajador social.

Están ligados a sedimentaciones que provienen de conocimientos de experiencias pasadas y que les posibilita la decisión puedo hacerlo de nuevo.

4. EL PROYECTO ÉTICO POLÍTICO

Los motivo para, se vinculan con el proyecto ético político; en tanto se interpreta la acción como un proyecto preconcebido en el cual la o el trabajador social busca prever, es decir, el tipo de afectación que puede tener la decisión; ello se deriva en buscar lo más conveniente o lo mejor. Este mecanismo de elección no difiere en nada de los motivos éticos, que vivencian los seres humanos y por ende el trabajador social al resolver los dilemas que se le presentan en su profesión, para poder finalmente mover la voluntad hacia el principio de lo mejor o lo más conveniente. Sin entrar a observar que esta elección de la voluntad impulsada por el motivo *para*, de defender los intereses de la institución, era lo más conveniente a hacer, o desde la defensa de la persona, por encima de la institución, y las consecuencias que esa elección tenga para el profesional o para la institución, sobre todo cuando ésta supone que hay una obligatoriedad por parte de sus integrantes de cumplir los principios y reglas estatuidos.

Lo ético; es coherente con lo político; desde la perspectiva en la cual se manifiesta la necesidad de que la y el trabajador social; asuma una postura política que este mediada por la ética en la intervención profesional y de esta manera se convierta o se construya en un actor protagónico, consciente de la intencionalidad que persigue con ella. Es decir capaz de realizar reflexiones críticas a cerca de su desempeño, de sus convicciones y de sus principios morales: *“es innegable la espiritualidad y la opción de fe también me define unos compromisos éticos unos compromisos donde la construcción de una sociedad mejor sería la puesta en práctica de una fe desde lo que como sujeto yo puedo aportar para una mejor sociedad, mi cumplimiento, mi responsabilidad mi eh actuar comprometido y transparente y seguramente eso asociado a muchas más actuaciones van marcando la diferencia, seguramente no es una diferencia muy*



notoria en un primer momento pero la proliferación de esos tipos de comportamientos yo estoy convencida marcan la diferencia". (Informante 2).

Pero este proyecto ético-político; esta mediado por las transformaciones sociales, económicas, políticas y culturales; ocurridas en el continente Latinoamericano; lo que ha caracterizado la cuestión social en la que se les presentan a los trabajadores sociales nuevos desafíos. Es por lo anterior, que se renueva la propuesta presentada de continuar el debate sobre "la construcción de un proyecto ético-político, a partir de la recuperación de la subjetividad como espacio de construcción de la vida humana, en donde se reivindique la vida cotidiana de los trabajadores sociales como escenario que permita comprender y redimensionar la realidad social y desde estos contexto se pueda acceder a la construcción de conocimiento" (Falla, 2012: 333).

En las trabajadoras sociales entrevistas se identificó; una profunda preocupación porque su actuación profesional, que a pesar de enmarcarse en el contexto de una sociedad caracterizada por un modo de producción capitalista; esté permeada por sus constantes reflexiones éticas con un matiz político; que trascienda al que-hacer democrático en busca de la equidad y justicia social. Estas reflexiones, emanan de una conciencia subjetiva, que es mediada por la presencia del Otro; a quien se acepta, respeta y valora y de quien se reconoce como Otro yo, en la que se establece una relación que le permite al trabajador social construirse; es decir *ser quien es*.

REFERÊNCIAS

BATISTA J. Etica e Desenvolvimento no contexto da crise do capital: apontamentos para um estudo crítico. En **Revista Políticas Públicas**. Sao Luís. – MA. Número Especial. P. 299-306. Octubre de 2012.

COPLESTON F. **Una historia de Filosofía Descartes a Leibniz.**
<http://issuu.com/filosofiacidadania/docs/copleston-frederick---historia-de-la-filosofia-iv->



FALLA U. Reflexiones en torno a los dilemas éticos y la postura política de las y los trabajadores sociales en Colombia. En **Revista Políticas Públicas**. Sao Luís. – MA. Número Especial. P. 299-306. Octubre de 2012.

FALLA, Et. Al. La Intervención en lo social y la Construcción de un Proyecto Político del Trabajo Social. En **Revista Tabula Rasa**. Bogotá. Colombia No 15. 195-219., julio –diciembre 2011. ISSN 1794-2489.

RIQUELME L. R. Aportes Teórico-Methodológicos De La Fenomenología Al Desarrollo Cualitativo De Las Ciencias Sociales En Alfred Schütz. En: **Universidad de La Frontera**, Departamento de Ciencias Sociales, Temuco, Chile. Alpha No 25 (Osorno). Versión ISSN 0718-2201. http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-22012007000200015&script=sci_arttext.

SCHÜTZ, Alfred. **El problema de la realidad social**. Mauricio Natanson compilador. Buenos Aires: Amorrortu, 1995.

_____. **La construcción significativa del mundo social. Introducción a la sociología comprensiva**. Traduce. Eduardo J. Prieto. Barcelona: Paidós, 1993. Primera reimp.

_____. **Estudios sobre teoría social**. Arvid Brodersen compilador. traduce. Néstor Míguez. Buenos Aires: Amorrortu, 1974.

LUCKMANN, Thomas y SCHÜTZ, Alfred. **Las estructuras del mundo de la vida**. Traduce. Néstor Míguez. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.